

23 DEZ 1991

O orçamento deles

JORNAL DA TARDE

O Orçamento da União para o próximo ano, aprovado com incrível rapidez pelo Congresso Nacional na noite de quinta-feira passada, traz uma novidade em relação aos anos anteriores: reduz o poder do Executivo para manobrar verbas e aumenta o controle do Legislativo sobre a execução orçamentária. O governo federal perdeu a faculdade de fazer contingenciamento de verbas (alterar a destinação de recursos já programados); não poderá utilizar o excesso de arrecadação que vier a ocorrer durante o ano sem consultar o Congresso Nacional; e não poderá corrigir o valor global do Orçamento pelo INPC, a partir de julho de 1992, sem a anuência da Câmara e do Senado. Esses expedientes sempre permitiram ao Executivo manipular grandes volumes de recursos durante o ano, uma vez que na elaboração do Orçamento o índice de inflação é subestimado e a arrecadação acaba sendo maior do que a inicialmente prevista. Sem contar os aumentos disfarçados de impostos, como a não-correção periódica da tabela do Imposto de Renda na Fonte.

Normalmente, deveríamos aplaudir o aumento do controle do Legislativo sobre o Executivo. Isso é da essência dos regimes democráticos: um poder vigiando o outro para assegurar a boa utilização dos recursos públicos. Não devemos nos entusiasmar, no entanto. Não será esse Congresso Nacional que está aí, cuja lei básica é da **onorabile società** que comanda a política brasileira, que irá garantir uma aplicação mais correta do dinheiro público. O perigo é muito grande: sob a desculpa de evitar os desmandos do Executivo, os deputados e senadores simplesmente ganharam mais poder para fazer suas jogadas político-eleitorais.

Ninguém é mais perdulário e menos responsável no trato dos recursos públicos do que os políticos profissionais. Basta ver, por exemplo, como eles aprovaram o Orçamento do próximo ano e o que eles fizeram em matéria de manipulação de recursos.

Como confiar em quem gasta apenas cinco minutos, sem possibilidade de discussões mais aprofundadas, para aprovar, pelo voto simbólico de seus líderes, o documento mais importante de qualquer administração? Podemos dizer, sem medo de errar, que nem o relator-geral do Orçamento, deputado Ricardo Fiúza, é capaz de dizer com segurança tudo o que foi aprovado e quais os princípios utilizados para a alocação dos recursos.

Cada parlamentar conhece apenas a parte que lhe interessa particularmente. Todos se esmeraram em alocar verbas para obras em suas regiões eleitorais, sem considerar as prioridades nacionais. O Orçamento preparado pelo Ministério da Economia recebeu mais de 70 mil emendas desse tipo e a briga pela divisão de verbas acabou levando ao afastamento do deputado João Alves (PFL-BA) do cargo de relator. João Alves, com seus sub-relatores — o chamado **grupo dos sete anões** — foi acusado de beneficiar principalmente a ele mesmo e seus amigos. A Bahia, nos últimos anos, foi o Estado mais bem aquinhoadado com verbas no Orçamento. Ricardo Fiúza, líder do PFL, que se auto-indicou para o cargo para evitar brigas no partido, seguiu os passos de Alves: o maior número de emendas aprovadas foi de sua autoria e de seus sub-relatores. E Pernambuco, seu Estado de origem, subiu no **ranking** dos mais bem servidos no Orçamento. Um outro exemplo de como se comportam os políticos com o dinheiro público: nesta mesma quinta-feira o Congresso aprovou uma suplementação de verba de Cr\$ 8 bilhões para a Câmara dos Deputados, para cobrir despesas deste ano ainda. Parte desses recursos — Cr\$ 1,2 bilhão — vai para o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), órgão que garante a aposentadoria dos parlamentares com apenas oito anos de mandato. Ou seja: dinheiro público para garantir privilégio absurdo, um benefício a que nenhum trabalhador brasileiro tem direito.